



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE PESSOAL, ENSINO, SAÚDE E DESPORTO
HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para manutenção, remanejamento, substituição e complementação de forma continuada, sob demanda, dos itens de sinalização e identificação visual do Edifício da Administração Central do Ministério da Defesa Bloco “Q”, e Anexo Bloco “O”, todos na Esplanada dos Ministérios, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO	ITEM	REFERÊNCIA NO PROJETO DE SINALIZAÇÃO VISUAL (APÊNDICE IV)	MEDIDA	DESCRIÇÃO	CATSER	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO (MÁXIMO ACEITÁVEL)	VALOR TOTAL (MÁXIMO ACEITÁVEL)
1	1	3.11. Direcional de Pedestres A	640x2000mm	Material: Estrutura interna em aço e acabamentos laterais em perfis de alumínio extrudado com acabamento anodizado prata fosco. Face frontal em Alumínio Composto 3mm contendo sistema de travamento antifurto/vandalismo e remoção total dos módulos pela frente (detalhes no item 2.2 deste manual). Inscrições em vinil autoadesivo ultravioleta. Fixação: Autoportante ou fixado ao solo por meio de fundação e sapatas.	5452	m²	1,28	R\$ 10.720,00	R\$ 13.721,60
1	2	3.12. Direcional de Pedestre B	500x1000mm	Material: Acrílico 10 mm com impressão digital negativa. Face frontal em Alumínio Composto 3mm contendo sistema de travamento antifurto/vandalismo e remoção total dos módulos pela frente (detalhes no item 2.2 deste manual). Inscrições em vinil autoadesivo ultravioleta. Fixação: Contraposto.	5452	m²	1	R\$ 8.623,00	R\$ 8.623,00

1	3	3.18. Porta Cartaz B	247x120mm	Material: Sistema de comunicação visual intercambiável, confeccionado em alumínio extrudado com acabamento anodizado prata fosco e pintura automotiva com bolso de acetato. Deve conter sistema de travamento antifurto/vandalismo e remoção total dos módulos pela frente (detalhes no item 2.2 deste manual). Fixação: Contraposta.	5452	m²	2,970	R\$ 10.130,00	R\$ 30.086,10
1	4	3.19. Identificação de Local A	254x200mm	Material: Sistema de comunicação visual intercambiável, confeccionado em alumínio extrudado com acabamento anodizado prata fosco e pintura automotiva. Deve conter sistema de travamento antifurto/vandalismo e remoção total dos módulos pela frente (detalhes no item 2.2 deste manual). Inscrições em vinil autoadesivo com impressão ultravioleta. Suporte em acrílico cristal 8mm. Fixação: Perpendicular por meio de parafusos S6 inoxidáveis e buchas.	5452	m²	1,020	R\$ 13.779,00	R\$ 14.054,58
1	5	3.21. Identificação de Local C	284x120mm	Material: Sistema de comunicação visual intercambiável, confeccionado em alumínio extrudado com acabamento anodizado prata fosco e pintura automotiva. Deve conter sistema de travamento antifurto/vandalismo e remoção total dos módulos pela frente (detalhes no item 2.2 deste manual). Inscrições em vinil autoadesivo com impressão ultravioleta. Fixação: parafusos e/ou fita dupla face.	5452	m²	3,9200	R\$ 11.250,00	R\$ 44.100,00
1	6	3.22. Identificação de Local D	284x120mm	Material: Sistema de comunicação visual intercambiável, confeccionado em alumínio extrudado com acabamento	5452	m²	1,03	R\$ 12.144,00	R\$ 12.508,32

				anodizado prata fosco e pintura automotiva. Deve conter sistema de travamento antifurto/vandalismo e remoção total dos módulos pela frente (detalhes no item 2.2 deste manual). Inscrições em vinil autoadesivo com impressão ultravioleta. Acessório de sala de reunião com as informações livre/ocupado. Fixação: Contraposta por meio de parafusos e/ou fita dupla face.					
1	7	3.23. Identificação de Local E	2000x300mm	Material: Estrutura interna em tubo de aço. Fechamento por meio de chapa de alumínio composto (ACM) com impressão vinil autoadesivo ultravioleta. Fixação: Contraposta.	5452	m²	3	R\$ 11.900,00	R\$ 35.700,00
1	8	3.24. Pictograma A	204x200mm	Material: Sistema de comunicação visual intercambiável, confeccionado em alumínio extrudado com acabamento anodizado prata fosco e pintura automotiva. Deve conter sistema de travamento antifurto/vandalismo e remoção total dos módulos pela frente (detalhes no item 2.2 deste manual). Inscrições em vinil autoadesivo com impressão ultravioleta. Fixação: parafusos e/ou fita dupla face.	5452	m²	2,04	R\$ 9.119,00	R\$ 18.602,76
1	9	3.25. Pictograma B	204x200mm	Material: Sistema de comunicação visual intercambiável, confeccionado em alumínio extrudado com acabamento anodizado prata fosco e pintura automotiva. Deve conter sistema de travamento antifurto/vandalismo e remoção total dos módulos pela frente (detalhes no item 2.2 deste manual). Inscrições em vinil autoadesivo com		m²	1,02	R\$ 10.930,00	R\$ 11.148,60

				impressão ultravioleta. Suporte em acrílico cristal 8mm. Fixação: Perpendicular por meio de parafusos S6 inoxidáveis e buchas.				
1	10	Reforma em sinalização		Reforma em sinalização, com retirada, troca de vinil adesivo, pintura e nova instalação.	5452	m²	25	R\$ 5.900,00
VALOR TOTAL								R\$ 336.044,96

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum.

1.3. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.5. Os itens constantes da tabela deverão compor um único grupo, tendo em vista que a contratação de forma integrada proporciona maior agilidade no atendimento da demanda, evita a possibilidade de problemas de responsabilidade compartilhada por empresas distintas atuando no mesmo ambiente e, finalmente, concorre para a economia de ganho de escala por concentrar as despesas administrativas em uma única contratação. Busca-se, ainda, evitar o aumento do número de fornecedores distintos, com o intuito de preservar ao máximo possível as rotinas de trabalhos, que poderão vir a ser afetadas por eventuais descompassos na execução dos serviços por diferentes empresas e, por conseguinte, destaca-se que lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação.

1.5.1 Reitera-se também a decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) em orientação que se ajusta às especificidades de processamento da licitação em tela, no sentido de que *“inexiste ilegalidade na realização de Pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si”* (Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara).

1.5.2 Assim sendo, justifica-se a necessidade da realização do certame, pelo tipo **“MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO”**. Vale destacar que tal solução já é amplamente utilizada no âmbito público, não representando limitação à competitividade no certame licitatório.

1.6. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, com base no artigo 57, II, da Lei 8.666, de 1993.

1.6.1 A prestação do serviço de modo ininterrupto, se faz necessária, haja vista, o Ministério possuir instalado em seus edifícios, sede e anexo, sistema de identificação visual que carece de manutenção e de atualização, conforme as demandas impostas naturalmente pela dinâmica do órgão militar. Ressalta-se que a interrupção do serviço compromete a prestação do serviço público, uma vez que, favorece a depreciação e deterioração do sistema de identificação visual instalado no Ministério, bem como prejudica o bom funcionamento de suas atividades pela desordem causada pela falta de atualização das placas e demais sinalizações.

1.6.2 A contagem do prazo de vigência dos contrato administrativo resultante seguirá a regra do art. 132, §3º do Código Civil e a disciplina da Lei nº 810, de 1949, conforme determina o art. 54 da Lei nº 8.666, de 1993. Dessa forma a contagem deve ser feita de data a data, incluindo-se o dia da assinatura e o dia de igual número ao de início, ou no imediato, se faltar exata correspondência, conforme prescrição do PARECER Nº 00035/2013/DECOR/CGU/AGU.

1.6.3 Para efeito de prorrogação, **será observado o PARECER Nº 00085/2019/DECOR/CGU/AGU**, segundo o qual *“os prazos de vigências previstos em termos aditivos de prorrogação são iniciados no dia subsequente ao término da vigência do contrato original, ainda que a sua assinatura e formalização ocorram no último momento da vigência do contrato originário”*.

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Em 2019, de modo a introduzir um padrão de identidade visual no Ministério da Defesa, a COEMA realizou a contratação de empresa especializada para execução do serviço. A contratação considerou a carência de identificação visual dos trajetos que facilitassem o deslocamento interno e externo no MD, a necessidade de se estabelecer um padrão único que possibilitasse a flexibilização na identificação dos ambientes, além da adequação dos espaços físicos do MD às normas que se referem à acessibilidade para deficientes visuais, sobretudo a instalação de placas de sinalização. A empresa contratada foi responsável pela execução da instalação de placas com sistema modular com travamento antifurto/vandalismo para facilitar a troca/readequação, bem como, a confecção em material de alta resistência ao desgaste, objetivando a redução de custos, e permitindo um melhor uso dos produtos.

2.2. Mediante o exposto, e considerando a necessidade de manutenção do sistema de identificação visual instalado e as alterações que estão sendo discutidas na estrutura regimental do MD, por meio do processo nº SEI 60010.000105/2020-23, bem como a adaptação do sistema de identificação visual à constante dinâmica do órgão de mudança de áreas, em virtude de alterações nos layouts e revitalizações dos andares, faz-se necessária a contratação de empresa especializada para execução do serviço.

2.3. Ademais, como o MD não possui mão-de-obra própria para a execução do serviço, e por tratar-se de serviço especializado atendido por segmento próprio no mercado, faz-se necessária a terceirização através da contratação de empresa que realizará a

prestação de serviço de forma continuada, a fim de implementar a manutenção, remanejamento, substituição e complementação, sob demanda, do conjunto de elementos que compreendem a comunicação visual externa e interna da instituição.

3. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, Apêndice IX ao Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E DA FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, Apêndice IX ao Termo de Referência, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Elaboração de projeto básico a ser desenvolvido contendo o que segue:

5.1.1.1. Especificações técnicas com a descrição das placas a serem contratadas e dos materiais a serem utilizados para confecção destas;

5.1.1.2. Planilhas orçamentárias de referência com quantidades e preços unitários e totais máximos a serem aceitos pela Administração;

5.1.2. Classificação quanto à natureza dos serviços: Os serviços são classificados como serviços continuados sem mão de obra exclusiva.

5.1.3. Visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental e em atendimento ao art. 6º e seus incisos da IN nº 1/SLTI/MPOG/2010, a licitada deverá adotar as seguintes práticas de sustentabilidade abaixo discriminadas na execução dos serviços, quando couber:

a. que a empresa forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

b. respeite as Normas Brasileiras (NBR) publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;

d. que utilizem na execução dos serviços equipamentos que possuam Selo Ruído, com indicativo do respectivo nível de potência sonora, nos termos da Resolução nº 20/CONAMA/1994.

5.1.3.1. O Decreto nº 7.746/2012 e o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Câmara Nacional de Sustentabilidade – CNS, DECOR/CGU/AGU, 3ª edição, revista, atualizada, ampliada - Abril/2020, **não dispõem** de critérios de sustentabilidade para o objeto do presente processo.

5.1.4. Duração do contrato: O prazo de execução dos serviços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por mútuo acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, por iguais e sucessivos períodos, observado o limite de 60 (sessenta) meses.

5.1.5. Transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas: A empresa contratada irá transferir à contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

5.1.5.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

5.1.5.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

5.1.6. Soluções de mercado: O serviço a ser contratado não possui características especiais que limitem a competição no certame licitatório, conforme se verifica em licitações semelhantes de outros órgãos da Administração Pública Federal. A solução é padronizada no ramo de fornecimento desse tipo serviço para o setor público, entretanto a precificação dos mesmos deve ser feita especificamente para as necessidades do Ministério da Defesa, não sendo possível a comparação de outros contratos da Administração Pública Federal para estabelecimento de parâmetros de preços pois o volume e a característica dos serviços são próprios para o projeto a ser executado no MD.

5.1.7. Estabelecimento de vistoria ou de declaração de pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, conforme modelo sempre adotado nesse tipo de contratação.

6. DA VISTORIA PARA A LICITAÇÃO (FACULTATIVO)

6.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, em dia útil, das 9h às 12h e das 13h às 17h, devendo o agendamento ser realizado pelo telefone (61) 3312-4246, podendo sua realização ser comprovada por:

6.1.1. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN nº 5/SG/MP/2017, modelo de acordo com Apêndice III ao Termo de Referência, ou;

6.1.2. Declaração emitida pelo licitante de que conhece as condições locais para execução do objeto conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN nº 5/SG/MP/2017 e que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros não podendo embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrente, modelo de acordo com Apêndice I ao Termo de Referência.

6.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.2.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.3. É de responsabilidade exclusiva da empresa licitante a observância dos prazos supracitados e o agendamento da vistoria com a antecedência necessária à sua realização, não podendo alegar insuficiência de prazo para a sua efetivação.

6.4. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

6.6. É permitido que eventuais vistorias possam ser realizadas por qualquer preposto da licitante, a fim de ampliar a competitividade do certame.

6.6.1. A vistoria só será iniciada após a devida identificação do representante da empresa junto à Coordenação de Engenharia do Ministério da Defesa.

6.6.2. A vistoria não é onerosa, todavia as despesas decorrentes da vistoria correrão por conta da licitante. No caso de a sede da empresa localizar-se fora do Distrito Federal, a licitante poderá indicar formalmente um representante legal para representá-la.

6.7. A vistoria facultativa, não cria condições restritivas à competitividade, tendo por finalidade, tão-somente, franquear a oportunidade para que os licitantes exerçam o direito ao exame in loco, já que, nas fases licitatória e contratual, não poderão alegar o desconhecimento de condições e do grau de dificuldade existentes como justificativa para se eximirem das obrigações assumidas.

6.7.1. A realização da vistoria não se consubstancia em condição para a participação na licitação, as licitantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao desconhecimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

6.8. As vistorias serão sempre realizadas com um licitante por vez, não sendo permitida a vistoria em grupo de empresas.

7. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. A contratada será responsável pela execução da instalação e configuração de todos os serviços previstos na contratação, inclusive insumos necessários;

7.1.2. A contratada deverá apresentar, antes do início da execução, a pormenorização dos materiais e serviços que serão fornecidos para aprovação da equipe de fiscalização.

7.1.3. Os materiais fornecidos deverão ter total compatibilidade com o sistema;

7.1.4. A equipe de fiscalização poderá aceitar a substituição de materiais por outros tecnicamente equivalentes ou qualidade superior.

7.1.5. Deverão ser previstos todos os serviços e materiais a completa instalação dos sistemas.

7.1.6. Quaisquer danos às estruturas deverão ser devidamente corrigidos pela empresa ao final da instalação. O aceite final será dado apenas com a recomposição global do ambiente a sua condição inicial.

7.1.7. A Contratada deverá prover toda a integração necessária para a concepção de um sistema integrado.

7.1.8. A contratada deve acompanhar e executar todos os procedimentos para instalação dos materiais previstos de forma segura aos usuários.

7.1.9. A execução dos serviços deverá ocorrer no horário do expediente administrativo da AC/MD. Excepcionalmente os serviços poderão ser executados em horário diverso, sem ônus para o Ministério da Defesa.

7.1.10. Os produtos a serem fabricados e instalados são compostos basicamente de chapas em acrílico e barras de alumínio, sendo ambientalmente sustentáveis por serem recicláveis e sendo também os mais apropriados para a execução dos serviços por questões de segurança.

7.2. A execução dos serviços será iniciada após o recebimento da Ordem de Serviço, de acordo com os prazos estabelecidos na tabela abaixo:

Tabela 01

1	BAIXA COMPLEXIDADE
Item 10. Reforma em Sinalização.	
PRAZO PARA ATENDIMENTO: 8 (oito) dias úteis	
2	MÉDIA COMPLEXIDADE
Item 3. Porta Cartaz B (Item 3.18 do Projeto de Sinalização Visual);	
Item 4. Identificação de Local A (Item 3.19 do Projeto de Sinalização Visual);	
Item 5. Identificação de Local C (Item 3.21 do Projeto de Sinalização Visual);	
Item 6. Identificação de Local D (Item 3.22 do Projeto de Sinalização Visual);	
Item 8. Pictograma A (Item 3.24 do Projeto de Sinalização Visual);	
Item 9. Pictograma B (Item 3.25 do Projeto de Sinalização Visual);	
PRAZO PARA ATENDIMENTO: 10 (dez) dias úteis	
3	ALTA COMPLEXIDADE
Item 1. Direcional de Pedestres A (Item 3.11 do Projeto de Sinalização Visual);	
Item 2. Direcional de Pedestre B (Item 3.12 do Projeto de Sinalização Visual);	
Item 7. Identificação de Local E (Item 3.23 do Projeto de Sinalização Visual).	
PRAZO PARA ATENDIMENTO: 15 (quinze) dias úteis	

7.2.1. Adota-se como sendo de baixa complexidade o tipo de serviço, que demanda, em média 8 dias úteis para a sua conclusão, incluindo a retirada das peças e instalação das mesmas *in loco*; de média complexidade o que demanda em média, até dez dias úteis para sua conclusão, incluindo a instalação *in loco*; e de alta complexidade o que demanda, em média, até quinze dias úteis para a sua conclusão, incluindo a instalação *in loco*. Para tal classificação de prazos, levou-se em consideração a execução de contratos anteriores da mesma natureza.

8. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO E DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1. Metodologia de avaliação da execução dos serviços:

8.1.1. A aferição dos resultados será feita por meio de uma comissão nomeada para a fiscalização do contrato, com a figura do gestor do contrato e o fiscal do contrato, atentando-se para verificação do resultado, quanto à qualidade e quantidade pactuada.

8.1.2. A utilização do IMR ocorrerá preferencialmente, por meio de ferramentas informatizadas para verificação do resultado, quanto à qualidade e quantidade pactuada.

8.2. A comunicação entre a contratada e a contratante será feita via ofício ou documento oficial, de forma a serem registradas quaisquer definições tomadas.

8.3. A aferição deverá ser feita de forma visual e a partir da contagem dos itens realmente instalados, para subsidiar o pagamento dos serviços executados.

8.4. O MD reserva-se no direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude da responsabilidade do licitante vencedor, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o objeto licitado, cabendo-lhe, entre outras providências de ordem técnica:

8.4.1. Acompanhar a execução contratual, zelando pelo seu fiel cumprimento.

8.4.2. Garantir a manutenção das cláusulas contratuais.

8.4.3. Notificar a contratada quando da ocorrência de falhas ou inconsistências contratuais, a fim de adotar medidas corretivas, estabelecendo prazos para a sua regularização.

8.4.4. Notificar formalmente à Administração, por meio de sua chefia imediata, o não cumprimento das cláusulas contratuais ou falhas na execução do contrato, solicitando providências daquela, quando for o caso.

8.4.5. Informar à sua chefia imediata, em tempo hábil, as decisões e providências que ultrapassem a sua competência quanto à adoção de medidas corretivas da gestão contratual.

8.4.6. Atestar formalmente, juntamente com seus fiscais, a entrega e o recebimento provisório e/ou definitivo dos serviços e/ou bens contratados, conforme cláusulas contratuais.

8.4.7. Devolver à contratada, formalmente, as notas fiscais de cobrança em desconformidade com o contrato.

9. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

9.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas, conforme Apêndice VI e qualidades, de acordo com as especificações técnicas disponíveis no Apêndice IV, promovendo sua substituição quando necessário.

9.2. Serão também aceitos materiais com equivalência técnica ou de qualidade superior aos descritos na especificação técnica.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.

10.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

10.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

10.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

10.6.3. Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da Contratada, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas no objeto da contratação e em relação à função específica para a qual o trabalhador foi contratado; e

10.6.4. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

- 10.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 10.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 10.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 11.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 11.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 11.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 11.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;
- 11.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 11.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 11.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 11.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 11.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 11.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 11.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 11.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 11.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 11.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 11.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

11.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

11.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

11.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

11.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

11.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

12. DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

13. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

14. DO CONTROLE E DA FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

14.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

14.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

14.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

14.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

14.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Apêndice II (3480724), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade

da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

14.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

14.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

14.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

14.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

14.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

14.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15. DO RECEBIMENTO E DA ACEITAÇÃO DO OBJETO

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até 5 dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

15.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

15.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

15.3.1.1 Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato

15.3.1.2 A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.3.1.3 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.3.2 No prazo de até 10 dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

15.3.2.1 quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

15.3.2.2 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

15.3.2.2.1 Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

15.4. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor do Contrato deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

15.4.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

15.4.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

15.4.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

15.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

15.6. O gestor emitirá termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados, e comunicará a CONTRATADA para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

15.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado pela contratante no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

16.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

16.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

16.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

16.4.1. o prazo de validade;

16.4.2. a data da emissão;

16.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

16.4.4. o período de prestação dos serviços;

16.4.5. o valor a pagar; e

16.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

16.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

16.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

16.6.1. não produziu os resultados acordados;

16.6.2. deixou de executar as atividades Contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; e

16.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

16.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

16.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

16.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

16.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

16.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

$I = \left(\frac{6}{100} \right)$

365

$I = 0,00016438$

17. DO REAJUSTE

17.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

17.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

17.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

17.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

17.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

17.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

17.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

18. DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

18.1.1. O valor do contrato não apresenta uma grande representatividade dentro do orçamento do Ministério da Defesa;

18.1.2. Os materiais disponibilizados representam a maior parcela dos serviços a serem realizados;

18.1.3. Conforme a análise de riscos e os estudos preliminares, a inadimplência na contratação em questão não apresenta grandes impactos na rotina dos servidores do Ministério da Defesa.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

19.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

19.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

19.1.4. Comportar-se de modo inidôneo; ou

19.1.5. Cometer fraude fiscal;

19.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

19.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

19.2.2. **Multa de:**

19.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

19.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

19.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

19.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 2 e 3, abaixo; e

19.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

19.2.2.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

19.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas, por até 2 (dois) anos;

19.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

19.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste Termo de Referência.

19.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

19.3. As sanções previstas nos subitens 19.2.1, 19.2.3, 19.2.4 e 19.2.5 poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

19.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 2 e 3:

Tabela 2

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 3

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia;	01

7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

19.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

19.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

19.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

19.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

19.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

20.1. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS:

20.1.1. Valor global máximo estimado da contratação: R\$ 336.044,96 (trezentos e trinta e seis mil, quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos).

20.1.3. Critério de julgamento da proposta: **MENOR PREÇO GLOBAL DO GRUPO.**

20.2. DOS CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA:

20.2.1. A garantia pelos serviços prestados, bem como pelos materiais e produtos fornecidos e instalados, atenderá às prescrições do Código de Defesa do Consumidor, Lei 8078/1990 em seus artigos 26 e 27 - ([CDC](#)).

20.2.2. As empresas deverão apresentar Catálogo ou Ficha Técnica fornecidos pelo fabricante, onde se permita confrontar todas as características técnicas delineadas neste Termo de Referência, para os materiais, produtos ou equipamentos compatíveis ao objeto.

20.2.3. Não será permitida a entrega de catálogo ou ficha técnica emitidos por entidade que não o próprio fabricante do item, sob pena de ser invalidada a proposta apresentada.

20.2.4. Em qualquer formato, impresso ou eletrônico, a documentação a que se alude acima deverá indicar clara e inequivocamente todas as características técnicas delineadas na especificação constante dos Anexos deste Edital, não sendo admitida inferência, indução ou interpolação de dados.

20.2.4.1. A análise dos Catálogos ou Fichas Técnicas terá caráter eliminatório bem como, catálogos ou Fichas Técnicas que se apresentarem em desacordo com as especificações não serão apreciadas, implicando na desclassificação da empresa.

20.3. **DAS AMOSTRAS:**

20.3.1. As empresas classificadas temporariamente em primeiro lugar serão convocadas pelo pregoeiro para apresentação de amostras/protótipos de uma unidade (peça) de sinalização interna e/ou externa para cada subitem relacionado abaixo, para aprovação, mediante solicitação do pregoeiro, no prazo máximo de 12 (doze) dias úteis:

a) Identificação de Local A – Material: Sistema de comunicação visual intercambiável, confeccionado em alumínio extrudado com acabamento anodizado prata fosco e pintura automotiva. Deve conter sistema de travamento antifurto/vandalismo e remoção total dos módulos pela frente. Inscrições em vinil autoadesivo com impressão ultravioleta. Suporte em acrílico cristal 8mm. Fixação: Perpendicular por meio de parafusos S6 inoxidáveis e buchas. Medida 254x200mm. (Medida considerada para envio/aprovação da amostra).

b) Identificação de Local C - Material: Sistema de comunicação visual intercambiável, confeccionado em alumínio extrudado com acabamento anodizado prata fosco e pintura automotiva. Deve conter sistema de travamento antifurto/vandalismo e remoção total dos módulos pela frente. Inscrições em vinil autoadesivo com impressão ultravioleta. Fixação: parafusos e/ou fita dupla face. Medida 284x120mm. (Medida considerada para envio/aprovação da amostra).

c) Identificação de Local E - Material: Estrutura interna em tubo de aço. Fechamento por meio de chapa de alumínio composto (ACM) com impressão vinil autoadesivo ultravioleta. Fixação: Contraposta. Medida 2000x300mm. (Medida considerada para envio/aprovação da amostra).

d) Pictograma B - Material: Sistema de comunicação visual intercambiável, confeccionado em alumínio extrudado com acabamento anodizado prata fosco e pintura automotiva. Deve conter sistema de travamento antifurto/vandalismo e remoção total dos módulos pela frente. Inscrições em vinil autoadesivo com impressão ultravioleta. Suporte em acrílico cristal 8mm. Fixação: Perpendicular por meio de parafusos S6 inoxidáveis e buchas. Medida 204x200mm. (Medida considerada para envio/aprovação da amostra).

20.3.2. Para fins de verificação de atendimento às especificações técnicas descritas no Edital, o material deverá ser entregue e devidamente montado no Ministério da Defesa, endereço: Anexo do Bloco O, Esplanada dos Ministérios, horário de atendimento das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 16:00.

20.3.3. A verificação das amostras será feita por Comissão, especialmente designada para este fim, e ocorrerá no horário estabelecido em edital, sendo franqueado aos interessados seu acompanhamento, por técnicos ou representantes da empresa.

20.3.4. A análise do protótipo/amostra e respectiva aprovação serão efetuadas pela equipe técnica do Ministério da Defesa, com base no Projeto Executivo e nos seguintes elementos:

a) Inspeção Visual – Consiste na comparação dos aspectos visuais externos quanto à robustez das peças, disposição e apresentação correta das informações e acabamento.

b) Conferência de materiais – Consiste na aferição da compatibilidade dos materiais utilizados (espessura, dimensão dos perfis, qualidade do alumínio, etc.).

c) Conferência de cores – Consiste na aferição compatibilidade das cores conforme sua anotação Pantone® e aplicação correta.

d) Conferência de funcionalidade - Consiste na aferição da funcionalidade do dispositivo e encaixes, que devem funcionar harmonicamente, entre todos os componentes.

20.3.5. Da análise das amostras será lavrado “Termo de Verificação de Amostras”, onde constará de forma conclusiva, se as amostras atendem ou não às especificações do Edital.

20.3.6. Será considerado desclassificado o licitante vencedor do certame que não enviar as amostras na forma e prazo determinados, assim como serão rejeitadas as amostras que não atenderem às especificações constantes do Edital, sendo, em ambos os casos, convocado o licitante 2º colocado, para que apresente, em igual prazo, as amostras.

20.3.7. A análise das amostras compreenderá os testes necessários para verificação da conformidade dos produtos com as especificações exigidas no edital.

20.3.8. As amostras ficarão retidas no Ministério da Defesa até a conclusão dos trabalhos relativos ao competente procedimento licitatório, entendendo-se como concluído no ato da assinatura de termo contratual.

20.3.9. A partir de então as amostras serão liberadas, podendo ser retiradas pelo licitante vencedor.

20.3.10. A exigência da apresentação das amostras tem por objetivo a efetiva verificação dos aspectos técnicos exigidos no instrumento convocatório, de modo a ser garantido o pleno atendimento ao interesse público que justifica esta aquisição, bem como primar pela padronização da sinalização.

20.3.11. Declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, conforme modelo constante no Apêndice I ao Termo de Referência.

20.4. **DOS CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

20.3.1.1. Declaração de vistoria ou declaração de pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos serviços, conforme modelo constante no Apêndice I ao Termo de Referência;

20.3.1.2. **Capacidade técnico-operacional:** Original ou cópia autenticada de Atestado(s) de Capacidade Operacional fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado comprovando que a empresa executou serviços pertinentes e compatíveis em características e qualidades que façam explícita referência às parcelas de maior relevância descritas a seguir, que permitam aferir as características funcionais e técnicas, comprovando a execução de serviços similares ao objeto deste Termo de Referência, sendo aceitos o somatório de atestados, desde que fique comprovado que os serviços, demonstrados nos atestados de capacidade técnica e operacional somados, tenham sido executados concomitantemente, em mais de um contrato, num mesmo período de tempo:

20.3.1.2.1 Sistema de comunicação visual intercambiável, confeccionado em alumínio extrudado com acabamento anodizado contendo sistema de travamento antifurto/vandalismo e remoção total dos módulos pela frente ou lateral: 18,5 m²

CURVA ABC:

Item (A)	Unid.(B)	Qtde (C)	Área de uma unidade (m²) (D)	Área na nova contratação (m²) (E)	P. Unit. (R\$) (F)	P. Total (R\$) (G)	ACM (R\$) (H)	% (I)	% ACM (J)
10	%	12		25,00	5.900,00	147.500,00	147.500,00	43,89%	43,89%
5	Unid.	115	0,03	3,92	11.250,00	44.100,00	191.600,00	13,12%	57,02%
7	Unid.	5	0,67	3,00	11.900,00	35.700,00	227.300,00	10,62%	67,64%
3	Unid.	64	0,05	2,97	10.130,00	30.086,10	257.386,10	8,95%	76,59%
8	Unid.	49	0,04	2,04	9.119,00	18.602,76	275.988,86	5,54%	82,13%
4	Unid.	19	0,05	1,02	13.779,00	14.054,58	289.710,46	4,18%	86,31%
1	Unid.	1	1,28	1,28	10.720,00	13.721,60	303.432,06	4,08%	90,39%
6	Unid.	24	0,04	1,03	12.144,00	12.508,32	315.940,38	3,72%	94,12%
9	Unid.	24	0,04	1,02	10.930,00	11.148,60	327.088,98	3,32%	97,43%
2	Unid.	2	0,50	1,00	8.623,00	8.623,00	335.711,98	2,57%	100,00%
					Total	336.044,96			

Conforme a curva ABC, as quantidades destacadas em vermelho na Coluna (E) somadas (36,93 m²) representam os itens mais significativos correspondendo a 82,13% do valor global da contratação pretendida, e, portanto, adotou-se 50% de 36,93 m² o que dá aproximadamente 18,50 m².

20.3.1.2.2 Condições referentes aos atestados de capacidade técnica-operacional:

a) Condição 1: Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

b) Condição 2: poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

20.3.1.3. Caso solicitado pelo pregoeiro, o licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópias do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n. 5/2017.

20.3.1.4. A pertinência e compatibilidade devem guardar relação com as especificações técnicas, constantes do Termo de Referência, principalmente nas características dos materiais utilizados, acabamento das peças e dos serviços, estruturas e complexidade de execução dos projetos.

20.3.1.5. Estas exigências visam garantir a contratação de empresa que tenha capacidade de fornecimento compatível com as necessidades da Licitante, não havendo, desta forma, risco de não entrega e instalação das sinalizações internas e externas.

20.3.1.6. O(s) atestado(s) contendo a identificação do signatário com CNPJ, endereço e telefone, deve(m) indicar as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pela licitante e apresentar-se em papel timbrado da empresa/órgão declarante.

21. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E DOS PREÇOS REFERENCIAIS

21.1. O custo máximo estimado da contratação é R\$ 336.044,96 (trezentos e trinta e seis mil, quarenta e quatro reais e noventa e seis centavos).

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

22.1. A cargo da Gerência de Orçamento e Finanças.

23. DOS APÊNDICES

22.1. Apêndice I - Declaração de Pleno Conhecimento das Peculiaridades;

22.2. Apêndice II - Instrumento de Medição do Resultado;

22.3. Apêndice III - Atestado de Vistoria;

22.4. Apêndice IV - Especificações Técnicas;

22.5. Apêndice V - Manual de Identidade Visual;

22.6. Apêndice VI - Modelo Proposta;

22.7. Apêndice VII - Termo de Responsabilidade;

22.8. Apêndice VIII - Termo de Confidencialidade; e

22.9. Apêndice IX - Estudos Preliminares.

DANILO DOS SANTOS SILVA

Engenheiro
Integrante Técnico

MAURÍCIO DINIZ BARBOSA

Coordenador de Engenharia e Manutenção
Integrante Requisitante

MÁRCIO ALEKSSANDER GRANZOTTO KUNTZE

Gerente de Engenharia e Segurança - GESEG

De acordo:

ODILON MAZZINI JUNIOR

Diretor

Aprovo o presente Termo de Referência, de acordo com o Inciso II do art. 14 do Decreto nº 10.024/2019.

WALDIR F. DAS N. SILVEIRA Jr

Capitão de Mar e Guerra (IM)
Ordenador de Despesas



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Diniz Barbosa, Coordenador(a)**, em 02/07/2021, às 15:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Danilo dos Santos Silva, Fiscal de Contrato - Técnico**, em 02/07/2021, às 15:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Odilon Mazzini Junior, Diretor**, em 02/07/2021, às 15:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Márcio Aleksander Granzotto Kuntze, Gerente**, em 02/07/2021, às 15:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **WALDIR FRANCISCO DAS NEVES SILVEIRA JUNIOR, Ordenador(a) de Despesas**, em 05/07/2021, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º, art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **3717026** e o código CRC **7D37847F**.